

POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PARA ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA: EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO TÉCNICA NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA. O CASO DO PRONERA SAÚDE E MEIO AMBIENTE NA TRANSAMAZÔNICA.

Autor: Nicolau Rickmann Neto¹

RESUMO: O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) emerge como política pública que se substancia e concretiza na primeira década do século XXI, discutimos o projeto pedagógico Saúde em Movimento na Transamazônica: Curso de Formação Integrada em Técnico Agente Comunitário de Saúde e Ensino Médio/Educação Profissional enquanto experiência de formação profissional pautada na Pedagogia da Alternância e na concepção dialética de educação. Tal referencial teórico e metodológico é apresentado a partir da análise das categorias Meio Ambiente, Pedagogia da Alternância, Educação Ambiental e Saúde-Ambiental. O texto é também consequência de pesquisa de mestrado em educação da UFPA, que vem se desenvolvendo, contudo a experiência que aqui é dissertada reflete a participação e o envolvimento direto na construção do projeto e na aplicabilidade do mesmo, contribuindo para atender demandas que há muito vem sendo reivindicada pelos trabalhadores rurais.

Palavras-chaves: Educação do Campo - Meio Ambiente - Pedagogia da Alternância - Educação Ambiental - Saúde-Ambiental.

¹ Pedagogo, cursando Mestrado Acadêmico em Educação (PPGED/ICED/UFPA), email: nicolau@ufpa.br

PRA INÍCIO DE CONVERSA...

Conhecemos apenas uma ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada sob dois aspectos. Pode ser dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois aspectos, entretanto, são inseparáveis; enquanto existirem os homens, sua história e a da natureza se condicionarão reciprocamente. A história da natureza, que designamos como ciência da natureza, não nos interessa aqui; em compensação, teremos que nos ocupar pormenorizadamente da história dos homens. (MARX & ENGELS, 2002, p.107)

Nosso ponto de partida está na análise da obra de Marx e Engels no livro “A Ideologia Alemã”, queremos chamar atenção aqui para a relação inseparável entre homem e natureza que por mais que nos pareça uma obviedade, não se materializa na percepção, pois a mesma culmina numa práxis destrutiva dessa relação, nesse sentido, nos deparamos na contemporaneidade com os problemas ambientais fruto da impossibilidade da natureza em ofertar o que as tecnologias de produção e a ideologia de consumo exigem.

Este texto vai além do relato de uma experiência educacional de saúde e meio ambiente ou de produção acadêmica; somos parte integrante do processo descrito, onde atuamos como docente e coordenador pedagógico, de tal sorte que construímos nossa práxis², na relação dialética educando/educador, como sujeitos orgânicos na e com a vida de mais de 90 cidadãos, educandos/educadores do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA-Saúde), Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e agricultores familiares de áreas de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na Transamazônica.

Desta forma é que entendemos que no PRONERA-Saúde está contida a nossa vida e de outros tantos seres universais, materiais e imateriais, amazônidas ou não, que constituem orgânica e historicamente nossa práxis, nossos sonhos, pesadelos, caminhos caminhados e ainda outros tantos por caminhar, onde ocorre o envolvimento direto da relação cotidiana e a educação formal ou não, entendendo que:

Nunca é demais salientar a importância estratégica da concepção mais ampla de educação, expressa na frase: ‘a aprendizagem é a nossa própria vida’. Pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais; (...) esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada. (MÉSZÁROS, 2005, p. 53).

² Em Gramsci (1984e1991), práxis (ação/reflexão) é entendida como história, o fazer-se processual da história, processo que se dá pela interferência humana nas condições ambientais e culturais, para consecução de propósitos e necessidades.

Assim, apresentamos e analisamos o curso *Saúde em Movimento na Transamazônica: Curso de Formação Integrada em TACS³ e Ensino Médio/Educação Profissional⁴*. O PRONERA-Saúde, como será descrito daqui em diante, que é uma experiência de formação profissional na Pedagogia da Alternância através do PRONERA. O curso tem como referencial teórico e metodológico o Materialismo Histórico/Dialético (MHD). Referencial que permeia o que dissertamos aqui.

De maneira concisa, constituiremos e identificaremos o PRONERA como Política Pública Educacional, posto principalmente que em 2009 o Pronera virou lei⁵ e no final de 2010, o presidente Lula assinou o Decreto 7.352, que trata da educação do campo e institui formalmente o PRONERA no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Assim, o PRONERA compõe a Política de Educação do Campo ao mesmo tempo que se caracteriza como Política Pública de Educação vinculada à Reforma Agrária.

Entendemos ser a sociedade brasileira dual, estruturada no modo de produção capitalista, dividida em classes sociais antagônicas em luta constante pela hegemonia do modelo econômico pautada pelas relações sociais de produção do sistema capitalista. Na educação esta dualidade é representada por dois tipos de concepções, uma que busca a conformação dos homens à realidade dada e outra que busca a transformação social (FREIRE, 1987). Compreendendo que

Forças hegemônicas, carregadas de sua racionalidade instrumental, de um discurso ideologizante, propositora de um caminho único predeterminado e a ser seguido por todos, procuram, como cooptação, o discurso da mudança, do apoio, de ações cooperativas, de uma harmonia social retórica, como forma de não transformar uma realidade que as colocam como beneficiadas e beneficiantes de si mesmas. Por outro lado, forças contra hegemônicas se colocam na resistência de práticas diferenciadas, entre estas ações educativas, que ao desvelar relações de poder estruturantes da realidade social, se posicionam criticamente como sujeitos históricos individuais e coletivos capazes de intervir no processo de transformação da realidade socioambiental (SILVA 2010 p.17)

O reconhecimento desta dualidade nos impele a fazermos uma opção pelo tipo de sociedade e de educação que queremos, que praticaremos. Que tipo de homem e de mundo queremos construir, quando compreendemos que:

³ Técnico Agente Comunitário de Saúde

⁴ Convênio 10.003/2005 entre o INCRA-FADESP-UFPA.

⁵ Art. 33 da Lei 11947/09

A luta por uma escola de qualidade e a serviço da classe trabalhadora é, em última instância, um aspecto da luta mais ampla pela transformação das relações sociais de produção da existência, que têm como produto a desigualdade orgânica, o não-trabalho, o parasitismo e a exploração. (FRIGOTTO 1995, p. 29)

Pensamos que um caminho na busca da superação desses conflitos é a formação técnica/política dos indivíduos em uma perspectiva de alcançar uma relação transformadora do homem com a natureza no sentido oposto ao da exploração e destruição, buscando a educação do ser como algo para o futuro, mas, organizada no presente. Uma educação na perspectiva de se alcançar uma sociedade justa e igualitária, com a construção de um projeto diferente do projeto histórico que temos, ou seja, diferente do projeto capitalista, o qual só visa atender as necessidades dos dominantes em manter a posição de vantagem social, política e econômica sobre a classe trabalhadora e mantenedora da produção econômica desse país.

Do mesmo modo, as relações sociais de acordo com as quais os indivíduos produzem as relações sociais de produção, alteram-se, transformam-se como a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, e das forças produtivas. Em sua totalidade, as relações de produção formam o que se chama de relações sociais, a sociedade, e, particularmente, uma sociedade num estágio determinado de desenvolvimento histórico. (MARX e ENGELS, 1979, p.69)

Observamos que injustiças sociais e questões socioambientais que minam o cotidiano da população mundial exigem superação dessa ordem capitalista.

1. UM POUCO DE HISTORIA...

O PRONERA surgiu a partir de uma discussão coletiva efetuada no I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), realizado mediante parceria entre o grupo de trabalho de apoio a Reforma Agrária da Universidade de Brasília, o Movimento Sem-Terra e organizações nacionais e internacionais (CNBB, UNESCO E UNICEF).

Em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria nº. 10/98 foi criado o PRONERA vinculado ao gabinete do Ministério Extraordinário da Política Fundiária, mais tarde (em 2001) o Programa passa a incorporar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O PRONERA hoje é uma política pública de educação do campo, constituído legalmente pelo decreto nº 7.352, de quatro de novembro de 2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

O PRONERA, no contexto da expansão das políticas públicas de Educação do Campo – interiorização das universidades e Institutos Federais, entre outras – tornou realidade o sonho de milhares de famílias que vivem no campo, de terem melhores escolas e melhor estudo para seus filhos. Com uma diferença fundamental: o regime de alternância dos tempos de estudos e experiências com currículos pautados na realidade, cultura e luta dos povos do campo. Estes asseguraram uma formação educativa para os jovens e adultos sem o abandono da vida no campo, fortalecendo assim a Reforma Agrária (Carta do IV Seminário Nacional “Compromissos pela Consolidação do PRONERA”- BSB)

Atualmente, o PRONERA vem incorporando as reivindicações dos novos movimentos sociais do campo, que entendem a educação do campo como um processo amplo. Dessa forma, o plano de educação proposto pelo PRONERA e aprovado no IV Seminário Nacional do PRONERA em dezembro de 2010 vai além das áreas de assentamento e é desenvolvido em outras áreas camponesas. O PRONERA é Educação do Campo e está é Política Pública de Estado, Direito civil e dever do Estado.

2. O PRONERA-SAÚDE NA TRANSAMAZÔNICA...

Terra, trabalho, saúde, educação, crédito, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e condições dignas de vida no campo, são demandas que há muito se debate Pará, no Brasil e no Mundo. A resistência de organizações sociais e algumas ações governamentais, como o PRONERA, demonstram o vigor da luta dos sujeitos e movimentos sociais do campo na defesa da garantia de direitos humanos. A pesquisa evidenciará a importância que o PRONERA tem para os sujeitos do campo na Amazônia, em especial a região da Transamazônica, situada no oeste do Pará.

No Pará, há vários projetos e cursos no PRONERA, em várias instituições e organizações sociais, na UFPA, mais especificamente no Instituto de Ciências da Educação (ICED) a experiência e resultados que vêm sendo acumulados na Transamazônica, desde dezembro de 2002, tem representado a possibilidade concreta de trabalhadores rurais, assentados da reforma agrária, serem reconhecidos como sujeitos de direitos, portanto cidadãos, com direito à educação e a um ambiente saudável.

O “Saúde em Movimento na Transamazônica” é um Curso de Formação Integrada em Técnico Agente Comunitário de Saúde (TACS) e Ensino Médio, o PRONERA-SAÚDE é apenas um dos projetos do PRONERA no Pará.

O curso é realizado na região do oeste paraense, envolvendo cinco municípios da Transamazônica (Altamira, Pacajá, Anapú, Sen. José Porfírio, Medicilândia). O curso foi

projetado e aprovado em 2005 e começou em 2006, parando em 2007 e 2008. O curso está em fase final de execução, sendo previsto o mês de julho de 2011 para encerramento total das atividades, inclusive relatórios e prestação de contas junto aos entes parceiros.

Há 90 alunos e alunas matriculados no PRONERA-Saúde, todos são ACS das prefeituras parceiras (Altamira, Anapú, Medicilândia, Pacajá, Sen. José Porfírio), Foram selecionados por uma equipe técnica do PRONERA, a partir das indicações dos Movimentos Sociais locais, principalmente os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, estando divididos em duas turmas de 45 alunos cada, denominadas: Turma Altamira e Turma Pacajá.

Todos educandos são Agentes Comunitários de Saúde (ACS), escolhidos pela comunidade para tal, por isso a necessidade de qualificação profissional. A faixa etária dos educandos está na média de 45 anos, o tempo de profissão deles varia de 8 a 32 anos atuando como ACS. As mulheres formam a maioria da turma. Mais da metade da turma ainda não possui Ensino Médio. Todos são também agricultores familiares e moram no próprio assentamento onde atuam como ACS.

O corpo administrativo-pedagógico do PRONERA-Saúde é constituído por um Coordenador Geral, um Coordenador Pedagógico e cinco Bolsistas, alunos dos cursos de graduação da UFPA-Campus Altamira (Biologia, Pedagogia e Agronomia). Os docentes são convidados e normalmente são profissionais da saúde de Altamira ou docentes da UFPA, campus Belém e Altamira.

O curso é estruturado metodologicamente na Pedagogia da Alternância, onde os alunos podem estar exercendo de forma efetiva a relação teoria-prática. Contempla a formação em nível médio e formação técnica de ACS das áreas de assentamento da reforma agrária, conforme o Referencial Curricular do Ministério da Saúde/Ministério da Educação. A proposta metodológica deste Curso visa à formação integrada e integral do educando, considerando as distintas realidades dos sujeitos em relação ao seu nível de escolaridade e o contexto sócio-cultural em que estão inseridos.

Apesar de entender o programa do PRONERA-Saúde como importante, concordo com Gramsci (1991), quando este evidencia que não é o programa (currículo), metodologia e ou forma de ingresso que tornará a escola revolucionária e/ou democrática, mas sim a criação de uma escola Unitária, onde teoria e prática (ciência e vida) dialeticamente se consubstanciem.

Se se quer destruir esta trama, portanto, deve-se evitar a multiplicação e graduação dos tipos de escola profissional, criando-se, ao contrário, um tipo único de escola preparatória (elementar-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o entretantes como pessoa capaz

de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige. (GRAMSCI, 1991, pag. 136)

Ainda, conforme Gramsci (1991) a escola deve buscar, enquanto princípio educativo, eliminar a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, através da relação dialética entre teoria e prática, “*O conceito e o fato do trabalho (atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho.* (p. 130).

Para construção e estruturação curricular do curso, após pesquisa e coleta de dados nas comunidades, buscamos identificar nas falas da comunidade os conteúdos necessários à aprendizagem, para que se tenha então uma educação participativa. Assim, os conhecimentos são socializados e trabalhados pelos educandos/educadores de forma contextual e significativa. Portanto, conteúdos a serem desenvolvidos na formação do TACS e as disciplinas obrigatórias do Ensino Médio são abordados a partir dos temas geradores apontados pela comunidade.

Paulo Freire em sua vasta obra (1982, 1983, 1987, 1996) referencia substantivamente as bases de um projeto político pedagógico libertador. Freire (1983) enfatiza o compromisso social do profissional com a sociedade, e nesse caso específico, nos reportamos ao compromisso dos/as ACS. Neste sentido, o currículo do Curso, foi organizado privilegiando-se os temas levantados na pesquisa sócio-antropológica e na experiência já acumulada pelo Programa Educação Cidadã na Transamazônica.

Nesta perspectiva, educador, educando e comunidade, são considerados sujeitos ativos e históricos, detentores de saberes e visões de mundo, em que o diálogo é um elemento essencial no processo educacional, compartilhando com Freire (1987) ao afirmar que o homem não aprende sozinho ele aprende em comunhão com outros homens, mediatizado pelo mundo. *A primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir [...]* (Freire, p.16).

O projeto pedagógico do Pronera saúde é fundamentado nos princípios do Materialismo Dialético, senão vejamos: a Interação Escola-Serviço-Comunidade; Politicidade do Ato Educativo; dialogicidade do Ato Educativo; Multidimensionalidade do Ato Educativo; Transversalidade; Contextualização; Alternância do Ato Educativo.

Os eixos temáticos estruturantes do currículo são: Promoção da Saúde e Cidadania; Saúde e Doença na Amazônia; Trabalho, Meio Ambiente e Saúde na Amazônia; e Educação, Saúde e Cidadania. Aliado aos eixos temáticos, os Temas Transversais (TT) Ética,

Pluralidade Cultural e Educação Ambiental, que consolidados na teia do conhecimento, referenciam o currículo.

Desses e nesses princípios e eixos, buscamos fazer e compreender como o processo pedagógico e de formação contribui para a atuação sócio-ambiental do ACS, enquanto sujeitos históricos e transformação, isto posto e observando que o modelo curricular do curso Saúde na Transamazônica quebra a verticalização e fragmentação típica da escola tradicional. Paulo Freire aponta que uma educação libertadora tem que ser uma educação da PRÁXIS que ele caracteriza como sendo a relação teoria e prática, que na educação se dá através da ação-reflexão-ação (FREIRE, 1982,1996, 1983, 1987, 1992).

Inspirados na metáfora bíblica, diz-se que no PRONERA não se aprende só o verbo, mas como este se faz carne, ou seja, não há conteúdo isolado e/ou deslocado de significantes e significados, o Tempo Escola e o Tempo Comunidade, são objetiva e metodologicamente a práxis. Daí então, através do curso observamos e avaliamos como esse processo pedagógico está de fato alterando as concepções e práticas dos ACS e como isso se dá na atuação dos agentes nas comunidades onde estes educandos (profissionais da saúde) estão inseridos.

3. O TÉCNICO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

Os TACS atuam como intermediários entre as demandas da população do local onde trabalham e as possibilidades de atendimento a estas demandas, que são proporcionadas pelo Sistema Público Único de Saúde (SUS). Atualmente, encontram-se em atividade no país 2004 ACS⁶, estando presentes tanto em comunidades rurais e periferias urbanas quanto em cidades altamente urbanizados e industrializados.

A história dos ACS remonta desde os Visitadores Sanitários e Inspectores de Saneamento que no Brasil do início do século XX estavam relacionados principalmente no combate da peste bubônica a febre amarela e posteriormente a malária e demais endemias. Também encontramos parte da história dos ACS na Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – SUCAM⁷.

Mesmo sendo o referencial histórico acima citado sucinto, sem citar a história popular, como da Pastoral da saúde, por exemplo, não é muito considerar a criação do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde-PACS- em 1991, como começo da profissionalização do ACS, que se concretiza em 2002 com a Lei 10.507, logo substituída pela Lei 11.350, de 5 de outubro de 2006.

⁶ www.saude.gov.br. Em 8/10/2009

⁷ SUCAM: órgão que resultou da fusão do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DENERu), da Campanha de Erradicação da Malária (CEM) e da Campanha de Erradicação da Varíola (CEV). www.funasa.gov.br em 12/10/2010

As atribuições dos ACS compreendem, entre outras, desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população/comunidade; estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças; desenvolver atividades de promoção de ambiente saudável e da saúde-Ambiental de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas; acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade; orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis.

4. ALGUMAS CATEGORIAS...

Para construção do projeto e do curso PRONERA-Saúde, definimos algumas categorias do curso. Onde, definir não tem o sentido de “dar fim”, mas sim o começo da problematização, daí apresentarmos, de forma elementar, nosso entendimento de algumas categorias de análise que nortearam e nortearão nossa atuação no curso do PRONERA-saúde: Saúde; Saúde-Ambiental; Pedagogia da Alternância; Meio-Ambiente; Educação Ambiental.

A partir da evolução histórica do conceito de meio ambiente, das significativas alterações produzidas na biosfera pela imposição do modelo de desenvolvimento dominante e das marcantes mudanças nas relações sociais e econômicas da sociedade global, a exclusividade deste enfoque e a linearidade imposta por esta limitação não têm mais razão de ser, assim a educação ambiental está inserida em diversas instâncias pedagógicas, numa perspectiva de transversalidade e interdisciplinaridade, como no curso PRONERA-Saúde.

A crise ecológica é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise se apresenta a nós como um limite no real que re-significa e re-orienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social (LEFF 2003, p. 15-16).

Ante a complexidade do mundo contemporâneo, urge rever alguns pressupostos educacionais. É nesta perspectiva que nos propusemos estudar/pesquisar saúde e meio ambiente dentro da ação profissional/pedagógica dos alunos do PRONERA-saúde, buscando identificar a Educação Ambiental como um processo metodológico e uma vivência contínua, que impregne as aulas regulares (Tempo Escola) e as atividades extra-classe (Tempo Comunidade).

A insustentabilidade do reducionismo econômico resulta acima de tudo do facto de, à medida que avançamos na transição paradigmática, ser cada vez mais difícil distinguir entre o econômico, o político e o cultural. Cada vez mais os fenômenos mais importantes são simultaneamente econômicos, políticos e culturais, sem que seja fácil ou adequado tentar destringir estas diferentes dimensões (SANTOS, 2003, p. 38).

O ser humano tem sido educado para reproduzir práticas sociais que compreendem que o ambiente natural/social é dissociado de relações e interdependências. Estudos e debates têm sido produzidos na última década do século XX e nesse início de século considerando que o pensamento do homem, formatado dentro de uma concepção cartesiana de mundo, é que fragmenta/parcializa a sua compreensão da realidade natural/social. Nesse sentido, o conhecimento resultante do processo educativo tem se transformado em coisas, objetos, mercadorias, técnicas descontextualizadas do humano/ambiente.

Vivemos em um mundo complexo, marcado na ordem material pela multiplicação incessante do número de objetos e na ordem imaterial pela infinidade de relações que os objetos nos unem. (...) Nosso mundo é complexo e confuso ao mesmo tempo, graças à força com a qual a ideologia penetra objetos e ações. (...) Na era da ecologia triunfante é o homem quem fabrica a natureza ou lhe atribui valor e sentido, em curso ou meramente imaginários (SANTOS, 2000, p. 171-72)

Para Carvalho (2003, p. 29), o grande desafio da EA se passa em nível ético. O fato de reservar especial atenção à dimensão ética do fazer Educação Ambiental, mais dirigida a sua prática, advém igualmente do fato de não querer apresentá-la como uma espécie de "remédio milagroso" solucionador de todos os problemas ambientais. A ética deve ser o leme que irá direcionar o pensamento ideológico que a E.A será capaz de despertar e que esteja compromissada com a busca da transformação e justiça social. Carvalho (2003 p. 42) enfatiza o fato de que a EA, se constitui em uma forma de luta contra o sistema capitalista, que provoca a crise ambiental e o modo autoritário/extrativista como os indivíduos tem se relacionado com o meio ambiente.

A promulgação da Lei 9.795/99 que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui uma Política Nacional de EA foi uma relevante conquista da sociedade civil, pois dá lugar, ainda que em tese, à democracia e à justiça social no campo da questão em tela, cabendo ao poder público definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, além de promover a mesma nos currículos de todos os níveis e modalidades de ensino, formal e não-formal. Ressalte-se que três dos objetivos fundamentais que são definidos pela lei, além de apontar para uma perspectiva de sustentabilidade, dizem respeito a uma visão necessariamente

interdisciplinar no contexto educacional, quais sejam o que evidencia: "o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos"; o que menciona "o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social" e o que nomeia "o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania".

Segundo Leff (2002, p.17) o ambiente não é apenas a ecologia, "mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento". A Educação Ambiental Participativa (EAP) é uma prática social cujo fim é o aprimoramento humano e pode ser apreendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura em acordo com a necessidade da sociedade.

A participação popular na tomada de decisões governamentais, nas áreas da educação e meio ambiente, é uma forma de exercício de direitos da cidadania. Portanto, não se pode falar em cidadania sem falar em acesso efetivo a direitos fundamentais da pessoa humana.

Um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática (LAYRARGUES 2002, p. 169).

As disposições legislativas que garantem a educação ambiental são frutos de conquista social: expressões da cidadania. O conceito de educação ambiental, saúde e cidadania estão intrinsecamente correlacionados. A educação ambiental é base para participação social na defesa da cidadania, constituindo expressão da necessária emancipação socioambiental.

Assim sendo, entendemos ser a experiência pedagógica do PRONERA-SAÚDE na transamazônica, um processo de construção de alternativas para garantia de direitos e possibilidades aos oprimidos, gerando a certeza que outras ações advirão deste curso, posto que o conhecimento produzidos não se esgota na produção nem na recepção, daí que acreditamos que um outro homem é possível, d'onde também acreditamos na construção de um outro mundo, de homens e mulheres historicamente situados.

5. REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. M. de I. O marxismo e a pesquisa qualitativa como referências para investigação sobre educação Profissional. Belém: UFPA/ICED/GEPTE. Texto aprovado e publicado nos anais do VII seminário do trabalho da ret – rede de estudos do trabalho. Marília-sp, 24 a 28/05/2010.
- CAPRA, Fritjof. A Teia da Vida – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Trad. Newton Roberval Eicheberg. SP: Cultrix, 1996.
- Carta do IV Seminário Nacional “Compromissos pela Consolidação do PRONERA”- BSB, Nov. 2010
- CARVALHO, V. S. Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário. RJ: WAK, 2002.
- FIORI, J. L. *O vôo da coruja - uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. RJ: 1992.
- _____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. RJ: P&T, 1996.
- _____. *Educação e Mudança*. RJ: Paz e Terra, 12ª ed., 1983.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª ed., 1987.
- _____. *Educação como Prática da Liberdade*. RJ: Paz e Terra, 13ª ed., 1982.
- FRIGOTTO, G. (org) *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de Final de Século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- _____. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. SP: Cortez. 1995.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. (2001) *A Nova e a Velha Face da Crise do Capital e o Labirinto dos Referenciais Teóricos*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maris (org) - *Teoria e educação no Labirinto do Capital*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2001
- GRAMSCI, A *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. SP: Martins Fontes, 2006.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Cortez, SP, 1991.
- LEFF, E. (Coord.). *A complexidade ambiental*. SP: Cortez, 2003.
- _____. *Epistemologia ambiental*. 2. ed. SP: Cortez, 2002.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. “*A Ideologia Alemã*”. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

_____. Obras escolhidas. Introdução ao Trabalho assalariado e capital. São Paulo: Editora Alfa Omega, v 1, 1979.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Lv. I. 26ª Ed. RJ: C. Brasileira, 2008.

MATURANA, H. Emoções e linguagem na educação e na política. B.H: UFMG, 2002.

MÉSZÁROS, István, - A educação para além do capital. SP: Boitempo, 2005.

NASCIMENTO, C.G. *A Educação Camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás – EFAGO*. Dissertação de Mestrado (Educação). Campinas: FE/Unicamp, 2003

REIGOTA, M. O que é educação ambiental. SP: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. SP: Cortez, Vol 1, 2000.

_____. Coleção Reinventar a Emancipação Social, Volume 1 e 2, RJ: Civilização Brasileira. 2002

_____. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 9. Ed. SP: Cortez, 2003

SILVA, Marilena Loureiro da. A educação ambiental e suas contribuições para a sustentabilidade da região amazônica: um estudo sobre as experiências desenvolvidas na floresta nacional do tapajós. <http://www.eses.pt/interaccoes> em 18/07/2010.

_____. Educação ambiental e cooperação internacional na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2008.